

	ESSO NACIONAL <i>AÇÃ</i> O DE EMEND	AS	00002		
Data		Proposição Medida Provisória nº 574/12			
eputado 🖰	Autor	Dravio		N° do prontuário	
Supressiva	Substitutiva [Modificativa 🗴 A	ditiva Subs	stitutivo global	
Página	Artigo 1°	Parágrafo	Inciso	Alínea	
	TEX	TO/JUSTIFICAÇÃO			

Art. 1º Os débitos junto à Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias e fundações públicas, relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, vencidos até 31 de março de 2012, poderão ser parcelados mediante autorização para retenção e repasse à União, desde que LIMITADA A NO MÁXIMO 20% DO MONTANTE A SER REPASSADO, do valor da parcela e da obrigação corrente do PASEP, no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e no Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

JUSTIFICAÇÃO

É inegável que o parcelamento da dívida relativa ao Pasep é de grande valia para os Estados e Municípios. As condições propostas pela MP são favoráveis para que os entes federativos possam honrar com seus débitos. Contudo, acredita-se ser necessário incluir no rol de beneficiários as dívidas contraídas até 31 de março de 2012, de forma a prorrogar o prazo oferecido na medida, para que efetivamente a referida amortização da dívida cumpra a finalidade a que se propõe que é a recuperação fiscal dos Estados e dos Municípios,

Outro ponto de destaque refere-se à obrigatoriedade de se estabelecer um limite do percentual a ser retido dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios. Dado que o FPM representa uma receita de fundamental importância para as economias locais.

NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
Deputado Francisco Aranjo	RR	PSD
ACCEPRATURA		
Recebido em /20 de	O FEDE	
	Deputado Francisco Pranço ASSERBATURA Subsecretaria de Apoio de comissoões Mistas	Deputado FED. Subsecretaria de Apoio de comissoões Mistas FED.

Daniel Matr. 46921/SF